



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PUBLICADO EM
07/04/11
Em conformidade com a Lei Municipal
Nº 291.2009 de 05/04/2009
Responsável pela Publicação

UFR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 066/2017/SMS/PMCP

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ E MARIA ELIETE ALVES DA COSTA CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ nº 14.145791/0001-52, com endereço na Av. Marechal Deodoro da Fonseca s/n, neste ato representada pelo Prefeito Sr. **ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº **295.160.642-72** e RG nº: **1756632-SSP/PA**, residente e domiciliado a Rua Bezerra de Menezes nº 395, Bairro: Centro nesta cidade de Concórdia do Pará- Estado do Pará, denominado **CONTRATANTE**; **MARIA ELIETE ALVES DA COSTA**, brasileira, portador do CPF/MF nº: **002.540.412-13** e RG nº: **569281 PC/PA** residente e domiciliada na Rua Faveira 1 s/nº – Bairro: Nova Aurora, nesta cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará, CEP: **68.685-000**, de agora em diante denominado **CONTRATADO**, acordam e ajustam o presente **CONTRATO** referente a **Prestação de Serviços Temporários**, de acordo com as condições estabelecidas nas **Cláusulas** abaixo, que reciprocamente se outorgam e se obrigam.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Contrato fundamenta-se nos termos do art. 154 da Lei Orgânica do Município de Concórdia do Pará, regulamentado pelas Leis Complementares nº 062/93, de 24 de junho de 1993 e Lei nº 156/98, de 24 de junho de 1998, observado os Princípios Constitucionais da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Moralidade, **considerando a insuficiência de pessoal para execução de serviços essenciais.**

CLÁUSULA SEGUNDA – CARGO E LOTAÇÃO:

A contratada prestará os serviços de **Agente de Vigilância Sanitária**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, fazendo atender as determinações da **Contratante** e da divisão a qual está subordinado, no que concerne ao desempenho e desenvolvimento dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive de emergências para que for requisitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PERÍODO E PRORROGAÇÃO:

O prazo de validade deste Contrato é de 11(Onze) meses, tendo como termo inicial o dia 01 de Fevereiro de 2017 e o final o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – VENCIMENTO E CARGA HORÁRIA:

Durante o período mencionado na **Cláusula Terceira**, a **Contratada** receberá como remuneração mensal bruta a quantia de **R\$ 937,00** (Novecentos e trinta e sete reais), ficando obrigada a prestação de serviços à **Contratante**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Parágrafo Único: As despesas referentes ao pagamento deste Contrato correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária: **1919** Fundo Municipal de Saúde - **10 122 1004 2.066** Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - **3.1.90.04.00** Contratação por tempo Determinado.

CLÁUSULA QUINTA – REGIME JURÍDICO:

em



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PUBLICADO EM
07/04/16
em conformidade com a Lei Municipal
Nº 291.2009 de 09/04/2009
Publicação nº 11111

O Regime Jurídico da presente contratação é de natureza administrativa, regendo-se por princípios de direito público.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME PREVIDENCIÁRIO:

O (a) **Contratado** (a) vincula-se ao Regime de Previdência Social da União, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISTRATO E RESCISÃO:

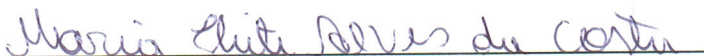
- 1) O distrato ocorrerá, a qualquer momento, por solicitação da **Contratante**, quando manifestar por escrito essa intenção, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- 2) A rescisão, pela **Contratante**, verificar-se-á frente a ausência dos motivos que fundamentaram a contratação ou o inadimplemento de cláusula ou condição contratual;
- 3) Nas situações previstas nesta cláusula não será devida nenhuma indenização á contratada.

CLÁUSULA OITAVA – FORO:

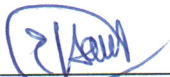
As partes interessadas elegem o foro da Justiça Estadual da Comarca de Concórdia do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a solução das demandas legais deste instrumento.

E, por assim haverem acordados, declaram as partes aceitar todos os termos e disposições estabelecidas nas **CLÁUSULAS** do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Município de Concórdia do Pará/PA, 01 de Fevereiro de 2016.

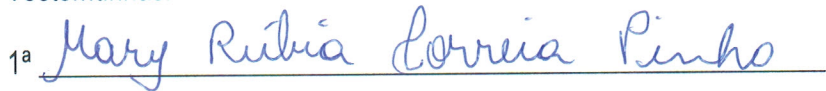


MARIA ELIETE ALVES DA COSTA
CONTRATADO



ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO
Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará
CONTRATANTE

Testemunhas:

1ª 

2ª 